

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 62.^a Reunião Ordinária CT-RN– 08/04/2015 - 09:00 às 12:30 h

CATI - Campinas - SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Natalia Colesanti (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
DAAE Rio Claro	Willy Werner Grasmann Bobbo (T)
DAE Jundiai	José Antônio Ferreira (S)
DAE Jundiai	Maria Carolina H. D. e Simões (S)
ELO Ambiental	Cláudia Grabher (T)
Geobluebr	Érika Grigoletto Bonamim (T)
GRUDE	Edenilson Carlos Stoque (T)
GRUDE	Evandro Rogério dos Santos (S)
IAC	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
IZ / APTA	João José A. de A. Demarchi (T)
INEVAT	Francisco Antônio Moschini (T)
PM de Itatiba	Mônica Del Nero (T)
PM de Jaguariúna	Aline Granghelli (T)
PM de Mairiporã	Antonio Carlos Nery Pinho (TT)
PM de Paulínia	Jeanette Inamine Miachir (S)
PM de Salto	Francisco Antonio Moschini (T)
PM de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Natalia Colasanti (S)
SMA / CBRN	Carolina Bernucci Virillo (S)

Convidados	
Entidade	Representante
Ambiental MAPA	João Fasina Neto
CDA / SAA	Oswaldo Julio Vischi Filho
EMBRAPA Meio Ambiente	Maria Lúcia Zuccari
EMBRAPA Meio Ambiente	Laerte Scanavale Júnior
GAEMA Campinas	Rodrigo Sanches Garcia
GAEMA Piracicaba	Alexandra Facciolli Martins
Jaguatibaia	J. C. Perdigão
PM de Salto	Erica Vanessa Maggiorini
SABESP	Sinval Barbosa de Lima
UNICAMP / FEC	André M. Argollo Ferrão

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Abertura da 62.^a Reunião Ordinária CT-RN: A abertura da reunião foi realizada pelo Dr. Rinaldo de Oliveira Calheiros, Coordenador da CT-RN as 9 h e 40' nas dependências da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em Campinas, SP. Deu boas-vindas e agradeceu a presença de todos em seu nome e da coordenadora adjunta Cláudia Grabher e do secretário João Demarchi (CT-RN). O coordenador Rinaldo salientou que a próxima reunião ordinária terá como pauta principal a indicação dos novos membros

representantes das instituições para o biênio 2015-2017, bem como a escolha e eleição do novo coordenador, coordenador adjunto e secretário, salientando que esta câmara possui inúmeros membros qualificados para assumirem esse papel. Todos os presentes fizeram uma breve apresentação pessoal em função de alguns presentes serem novos nas reuniões da câmara, além de algumas visitas ilustres, conforme dito pelo coordenador Rinaldo.

2. Aprovação da ATA anterior e demais assuntos da secretaria: O secretário da CT-RN, João Demarchi, perguntou sobre a necessidade de leitura da ATA anterior (61.^a Reunião - Instituto de Zootecnia/ Instituto Plantarum, Nova Odessa) e de possíveis sugestões e correções a serem feitas. Não havendo sugestões e correções a ATA foi considerada aprovada por unanimidade.

3. Agência de Bacias PCJ - diversas ações e comunicados: Solicitou a palavra o presidente da agência Sérgio Razera para comentar sobre pontos positivos da crise hídrica, especialmente antigos anseios de avanço nas áreas de conservação de solos e PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) Aproveitou para fazer um convite a todos os presentes para a celebração de um Termo de Cooperação entre a Agência PCJ e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) que será assinada durante evento sobre Conservação de Solos no IAC nos dias 15 e 16 de maio. Salientou a importância do Coordenador da CT-ID, Eng. Luis Brasi, como pessoa chave nas negociações e abertura de inúmeras portas na SAA. Comentou também que o projeto de PSA de Jaguariúna está fechando acordo com a ANA e que o problema com a Caixa Econômica Federal já foi resolvido, já que a cobrança não é federal. Disse que a CT-RN terá muito serviço nos próximos anos! Coordenador Rinaldo aproveitou para salientar que projetos de recuperação ambiental estão aquém do esperado e que membros da CT-RN precisam incentivar o fluxo de projetos. Há recursos disponíveis. Os R\$ 40 milhões arrecadados pelas cobranças federal, paulista e mineira são na sua maioria (90-95%) aplicados em saneamento, mas que a partir de 2012 o PAP (Plano de Aplicação Plurianual) tem destinado recursos para ações relacionadas com PSA, APRM, educação ambiental, recuperação de florestas, etc. As sub bacias dos Cavalheiros e do Bom Jardim são exemplos. O presidente da agência também espera que a SMA (Município Verde Azul) crie PSA para todos os municípios, esperando-se

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 62.^a Reunião Ordinária CT-RN– 08/04/2015 - 09:00 às 12:30 h

CATI - Campinas - SP

que não seja modismo como aconteceu com a área de resíduos sólidos. O projeto de Jaguariúna é um bom exemplo de projeto de qualidade, como Joanópolis e Extrema. A política Estadual de PSA está sendo finalizada. Espera-se também que com a atualização do Plano de Floretas sejam definidas as áreas prioritárias para recuperação florestal, sendo que hoje tem sido utilizado apenas iniciativas espontâneas. O projeto de Segurança Hídrica do município de Nova Odessa também pode ser utilizado como exemplo, sendo a AGEMCAMP responsável pela multiplicação desse modelo em outros municípios da Região metropolitana de Campinas (RMC). Sobre PSA o Dr. Rodrigo salientou a importância da fonte dos recursos para pagamento do PSA, sendo fundamental a aplicação do princípio do usuário pagador, esperando-se que com isso valores sejam cobrados nas contas de água, garantindo perpetuação e sustentabilidade do processo. Conversas com a ARES PCJ já foram iniciadas neste sentido. Sérgio Razera ainda comentou sobre a empresa PLANT Planejamento e Ambiente Ltda. do professor da ESALQ Warwick Manfrinato que tem feito uma compilação dos projetos brasileiros sobre crédito de carbono e vai fazer uma apresentação na FIESP no próximo dia 26 de abril dentro de uma estratégia de seleção de bons projetos para recebermos recursos externos. O Decreto do Governador Alckmin de 05/06/2014 foi reeditado agora com áreas prioritárias em relação a importância para preservação e produção de água. O Coordenador Rinaldo ainda fez menção ao projeto da Água Perrier na França, considerado um dos primeiros projetos de PSA no mundo, que não só aumentou a produção de água, mas também a sua qualidade pela redução da poluição difusa, especialmente agrotóxicos e fertilizantes. Fez também um breve relato do projeto da AGEMCAMP (Segurança Hídrica) sobre o workshop a ser realizado nos próximos dias 16 e 17 de abril no Instituto de Zootecnia em Nova Odessa com a presença de todos os municípios envolvidos que farão a apresentação das suas respectivas situações atuais e planos de mitigação. A Dra. Alexandra finalizou este tópico comentando que o reflorestamento e a recuperação de áreas críticas tem sido prioridade do governo este ano, mas considera que a Lei 15.684 (CAR/PRA) um retrocesso ambiental. Comentou também sobre as tratativas com a ARES PCJ sobre critérios e parâmetros para discussão e melhorias das

perdas dos sistemas de distribuição de água tratada e que estes dados poderiam ser utilizados na Revisão do Plano de Bacias. A disponibilidade e a qualidade hídrica precisam melhorar, e há recursos sendo perdidos em função da falta de apresentação de bons projetos e ou correta adequação dos existentes. O FID - Fundo de Interesses Difusos (Secretaria de Justiça e Cidadania), por exemplo, possui disponível R\$ 400 milhões provenientes do Fundo de Compensação Ambiental. **4. Sistema Cantareira - GAEMA Piracicaba:** A Dra. Alexandra (GAEMA - Piracicaba) apresentou uma palestra intitulada Sustentabilidade Hídrica: desafios da outorga do Sistema Cantareira. Iniciou dizendo que a proposta atual é insuficiente. Já há um déficit regional e até 2035 precisaremos de mais 60 m3/s em função do crescimento populacional (+ 6,5 milhões de habitantes) e falta de preocupação com a disponibilidade hídrica. Perdas acentuadas de até 60% da água disponível e tratada e aumento da frequência de ocorrência de eventos extremos se somam a esse cenário negativo. Comentou sobre a perda de representatividade do Comitê por parte da sociedade civil como constatado na última eleição. Falta articulação técnica e política. Há um Plano de Recuperação da Segurança Hídrica? Não. Os municípios abrangidos pelo Comitê PCJ são afetados diretamente com essa situação. Os impactos econômicos já são sentidos e serão mais acentuados num futuro não muito distante. Já vivenciamos uma limitação/proibição de outorgas. Estamos em Estado de Alerta ou de Restrição (Portaria 761 de 09/03/2015). Precisamos de maior transparência e acesso aos dados da SABESP (sala de situação). Como comentário o coordenador da CT-RN assumiu que a câmara poderia ter discutido mais sobre as questões relacionadas ao Sistema Cantareira. Pesquisador da EMBRAPA Dr. Laerte perguntou se falta conhecimento, pesquisa ou embasamento? Dra. Alexandra respondeu que há falta de estudos específicos para o PCJ mas também se faz necessário sensibilizar políticos e gestores. Foco na crise tem deixado pouco espaço para discussões sobre futuro. Dr. Rodrigo (GAEMA Campinas) afirmou que a centralização da decisão sobre outorga no DAEE/ANA não foi contrariada pelo Comitê PCJ. Está faltando protesto e questionamento registrado em ata e levados a plenária. Precisa haver maior alinhamento entre o Consórcio e entre o Comitê PCJ. Há muitos estudos a sete chaves,

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 62.^a Reunião Ordinária CT-RN– 08/04/2015 - 09:00 às 12:30 h

CATI - Campinas - SP

especialmente os produzidos pelo Consórcio em conjunto com a UNICAMP. Deve haver uma autocrítica de todas as câmaras técnicas e do próprio Comitê sobre este assunto. A CT-ID tem aumentado sua aproximação com as universidades para avaliar os danos causados pela baixa disponibilidade de água, bem como as discussões sobre vazão ecológica. Evandro do GRUDE disse que falta efetividade do Comitê na defesa da região. Citou a expedição realizada em 2013. Disse também que a CT - Monitoramento perdeu sua função e vê perspectivas muito ruins em relação ao funcionamento do Comitê (Gestão participativa) e fez críticas a postura do secretário executivo do Comitê, citando como exemplo um vídeo de educação ambiental com problemas. Dra. Alexandra afirmou que o Comitê não conhece a sua própria força. Deve se aproximar das universidades para disponibilizar conhecimento (Academia de Ciências fez proposta!) e entende que precisa haver mudanças na paridade hoje existente nas câmaras (representatividade desequilibrada). Francisco do INEVAT disse que há perda de representatividade das universidades e da sociedade civil nas câmaras e no Comitê. No passado a sociedade deu vários exemplos da sua força em empreendimentos não concretizados nos municípios de Piracicaba, Americana e Paulínia. Henrique da CATI disse que quando entrou na câmara teve muita dificuldade de entendimento de como as coisas realmente funcionavam, tanto na câmara quanto no Comitê. Uma reivindicação pode chegar como ao governador? Nova coordenação da câmara deve explicar muito bem aos novos membros como as coisas realmente funcionam, de uma forma mais profunda e didática. Isso vai ajudar muito na efetividade das ações. A coordenadora adjunta Cláudia Grabher disse que houve uma árdua luta no passado. Muita conquista foi feita, mas que atualmente há muita dificuldade em parar novos empreendimentos para um melhor uso e ocupação dos solos. Águas subterrâneas estão ainda sem qualquer controle. A vazão Q7,10 é considerada vazão ecológica mas entende que precisa haver nova discussão sobre este assunto. O poder econômico fala mais alto e vemos que as outorgas continuam mesmo num balanço hídrico negativo. O Dr. Rinaldo comentou que antes da crise a situação era relativamente tranquila, havia seriedade e boas intenções, mas sem a devida responsabilidade. Faltou um real compromisso com as práticas e ou aplicações daquilo que

havia sido discutido. E depois da crise? Comentou que a CT-RN precisa fazer uma reflexão sobre tudo o que foi discutido nesta reunião. As informações das atas devem ser levadas ao plenário com uma posição concreta dos seus membros frente a essa situação de crise hídrica. A Dra. Alexandra elogiou a CT-RN pelos frutos já gerados mas salientou que deve haver planejamento, gestão e fiscalização, e para isso precisa haver a motivação necessária dentro da câmara. Para finalizar o Dr. Rodrigo disse que deveria haver uma deliberação imediata sobre a representatividade do Comitê nas decisões sobre outorga hoje apenas centralizada no DAEE / ANA. Precisa haver maior aproximação entre os órgãos deliberativos com os órgãos gestores (decisões conjuntas!). Crise hídrica e outorga precisam ser mais discutidos. **5. Encerramento:** Dado o fim do período de tempo agendado (12:10 h), a reunião foi encerrada pelo coordenador Sr. Rinaldo Calheiros com um agradecimento pelo empenho e participação de todos.

Rinaldo de Oliveira Calheiros
Coordenador da CT-RN

Cláudia Grabher
Coordenadora adjunta da CT-RN

João José A. de A. Demarchi
Secretário da CT-RN